

OPINIÃO SOCIALISTA



Páginas 30 a 38 | [Clique aqui](#)

TRABALHAR MENOS PARA TRABALHAR TODOS

NAKBA

Em meio a genocídio em Gaza, catástrofe palestina completa 77 anos

[Páginas 66 a 70 | Clique aqui](#)

FRAUDE NO INSS

Um assalto bilionário aos aposentados e pensionistas mais pobres

[Páginas 21 a 29 | Clique aqui](#)

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTAS

Tragédia no Metrô de São Paulo expõe riscos da privatização;

Manifesto pede fim do “correntão”.

Pág. 6 a 10

Editorial

SÓ A LUTA INDEPENDENTE DA CLASSE TRABALHADORA PODE CONTER A BARBÁRIE CAPITALISTA

Pág. 11 a 15

Movimento

CONSTRUIR UMA VERDADEIRA ABOLIÇÃO DO RACISMO, DA BURGUESIA E DO CAPITALISMO

Pág. 16 a 20

Partido

JOSÉ WELMOVICKI, NOSSO ZEZOCA, PRESENTE!

Pág. 21 a 29

Nacional

UM ASSALTO BILIONÁRIO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Pág. 30 a 38

Centrais

O FIM DA ESCALA 6X1 É NECESSÁRIO E URGENTE

Pág. 39 a 47

Movimento

OCUPAMOS AS RUAS EM DEFESA DAS PAUTAS HISTÓRICAS DA CLASSE TRABALHADORA

Pág. 48 a 52

Juventude

FORA LEMANN DO MEC E BILIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Pág. 53a 56

Nacional

MOVIMENTOS SOCIAIS LANÇAM CAMPANHA PELA DEMISSÃO DE GUILHERME DERRITE

Pág. 57 a 65

História

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A “REVOLUÇÃO TRAÍDA”

Pág. 66 a 70

Internacional

SETENTE E SETE ANOS DA NAKBA: NÃO ESQUECER, RESISTIR E MOBILIZAR

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

PRIVATIZAÇÃO MATA

Tragédia no Metrô de São Paulo expõe riscos da privatização



Protesto na estação Campo Limpo, da linha 5-Lilás, na quarta-feira (7) | Foto: Reprodução/TV Globo

Lourivaldo Ferreira Silva Nepomuceno, de 35 anos, pai de dois filhos, repositor de supermercados e estudante de Educação Física morreu esmagado num trem da Linha Lilás (ViaMobilidade), no último dia 6, revelando os perigos da gestão privada do serviço. Minutos depois, a concessionária recolocou o vagão, sujo de sangue, em circulação, demonstrando total desrespeito à vida. Este acidente soma-se a uma série de outras “falhas”: em 2022 um funcionário morreu eletrocutado; em 2023, um trem descarrilou na Lapa; e já ocorreram três incêndios graves em setores privatizados do sistema. A Linha 4-Amarela opera sem condutores, priorizando lucro sobre segurança. O metroviário Altino Prazeres denuncia: “A lógica das empresas privadas é reduzir a segurança

cada vez mais. Infelizmente, neste cenário de precarização em nome do lucro, haverá mais tragédias. O transporte deveria ser um direito, com a tarifa zero, mas também com segurança. Isso significa que, ao invés de dar dinheiro para as grandes empresas como a CCR, deveria haver investimento em um Metrô de mais qualidade e mais segurança”, conclui Altino, que é integrante da Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

MEIO AMBIENTE

Manifesto pede fim do “correntão”

ONGs exigem fim do “correntão”, técnica que destrói até 10 campos de futebol por dia no Cerrado, ameaçando a biodiversidade, as nascentes e as comunidades. Apesar do Código Florestal, o método ainda é permitido em estados como o Mato Grosso. A técnica consiste no uso de uma grande corrente, atada a dois tratores, que é passada sobre a mata, destruindo tudo. Manifesto pede a proibição nacional e fiscalização urgente. Entre os signatários estão a Rede Cerrado, o Observatório do Clima (OC) e o Fórum Brasileiro de ONGs. A mobilização reforça que a prática não só agrava a crise climática, mas também facilita a grilagem de terras, exigindo ação imediata do poder público.

Só a luta independente da classe trabalhadora pode conter a barbárie capitalista



A luta pelo fim da escala 6x1 deu tom nos atos do 1º de Maio | Foto: Maisa Mendes

No dia 6 de maio, Lourival Ferreira Silva, um jovem trabalhador, morreu esmagado numa linha privatizada do metrô de São Paulo. Rapidamente, a concessionária ViaMobilidade retirou o corpo, mas os milhares de trabalhadores e a população, que se apertam no transporte superlotado, tiveram que ver as manchas de sangue durante todo o dia.

Para a concessionária privada foi mais um dos tantos “acidentes” que marcam sua administração, prontamente resolvido para não afetar seus lucros. Para o repositor de supermercado, que sonhava em ser professor de Educação Física, foi o fim de sua vida e a origem de um trauma permanente para sua família. O caso não fala apenas dos efeitos da

privatização, que o governador de São Paulo, de extrema direita, Tarcísio de Freitas (Republicanos), promete generalizar para todo o sistema de transporte e todas as áreas dos serviços públicos.

Essa tragédia também expõe a dura realidade da classe trabalhadora, carregada diariamente como gado no transporte público, para cumprir jornadas exaustivas de uma escala 6×1, para ganhar um salário de fome, cada vez mais corroído pela inflação.

ENQUANTO POBRES SÃO EXPLORADOS, LULA GOVERNA PARA OS RICOS

Às vésperas do 1º de maio, Lula fez um pronunciamento no qual prometeu “aprofundar” o debate sobre a redução da jornada. Foi uma tentativa de resposta a um movimento que vem, cada vez mais, tomando a sociedade. Porém, para além das palavras, o governo não moveu um dedo a favor da medida.

Antes que se saque o argumento da tal “correlação de forças” no Congresso Nacional, é bom lembrar que o governo Lula aprovou praticamente toda a política econômica elaborada no gabinete do Planalto, junto com Haddad e a burguesia: o Arcabouço Fiscal, que restringe os gastos sociais; a Reforma Tributária, que mantém os impostos nas costas dos trabalhadores e da classe média; e, mais recentemente, um pacote que limita o aumento do salário mínimo e restringe o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência.

Para beneficiar os banqueiros, grandes empresários e especuladores, o governo não hesita em lançar mão da liberação de bilhões de reais em emendas, conceder ministérios à direita (e inclusive à extrema direita) e tudo mais o que for preciso. Já em relação à uma reivindicação histórica da classe trabalhadora, traduzida pela exigência do fim da escala 6x1, a conversa é outra. É enrolação e a promessa de “na volta a gente compra”.

Enquanto fechávamos esta edição, o Banco Central, com o indicado de Lula, Gabriel Galípolo, à frente, aumentava, mais uma vez, os juros. Serão alguns bilhões de reais a mais, para os banqueiros, todos os anos, enquanto os aposentados e pensionistas, vítimas da fraude bilionária do INSS, estão a ver navios.

“1º DE MAIO” INDEPENDENTE APONTOU O CAMINHO

As manifestações convocadas pela CSP-Conlutas e outras organizações, por um 1º de Maio de luta, independente dos governos e dos patrões, foram, ainda que minoritárias, um importante marco. Apontam o caminho para a classe trabalhadora: a unidade, com independência de classe, em torno a reivindicações como o fim da escala 6x1, a revogação do Arcabouço Fiscal e das reformas Trabalhista e da Previdenciária, um não às privatizações e o “não”, também, à anistia aos golpistas.

A realidade já mostrou que, ao contrário do que defendem setores da esquerda, não é possível “disputar” o governo Lula “pela esquerda”. Neste mesmo sentido, este governo tampouco é uma

barreira à extrema direita. É justo o contrário! Por ser um governo de frente ampla com a burguesia, o Centrão e setores da direita, e até mesmo da extrema direita, é um governo comprometido com os bilionários, com o “status quo”, que só aceita conceder migalhas no varejo, mas que, no atacado, faz avançar e aprofunda um projeto neoliberal, de ataques aos serviços públicos, ao salário mínimo e às aposentadorias. Nisso, também avança num processo de desmoralização, que abre uma avenida à ultradireita.

Tampouco é possível confiar nas instituições desse regime burguês. O Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, que o governo e a maior parte da esquerda veem como os grandes defensores das liberdades democráticas, acabou de suspender os processos relacionados à “pejotização” do trabalho. Isso significa, na prática, jogar a CLT na lata do lixo. O Congresso Nacional, por sua vez, inclusive com votos da base governista, avança num projeto de anistia aos golpistas.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E UM PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

A morte do trabalhador no metrô de São Paulo é uma das inúmeras expressões da barbárie capitalista em que vivemos.

E só é possível enfrentá-la através da luta, da mobilização unificada e independente da classe trabalhadora. Com um programa que exija o fim da escala 6×1 (com redução da jornada); o fim do Arcabouço Fiscal e das privatizações, com a

reestatização das empresas privatizadas; e o aumento do salário mínimo. Também é necessário enfrentar o agronegócio que extermina indígenas e destrói o meio ambiente. Resumindo: só teremos algum tipo de mudança enfrentando, e derrotando, o governo Lula e a sua política econômica. O 1º de Maio de luta e independente apontou o caminho, mas é preciso avançar muito mais. Por isso é necessária a construção de uma oposição de esquerda e o fortalecimento de um projeto revolucionário e socialista, que se coloque como alternativa ao governo de frente ampla e, simultaneamente, à extrema direita. ■

Só teremos algum tipo de mudança enfrentando, e derrotando, o governo Lula e a sua política econômica.



13 DE MAIO

Construir uma verdadeira abolição do racismo, da burguesia e do capitalismo!

 **CLAUDIO DONIZETE E WEL MACEDO,
DA SECRETARIA DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU**



Protesto pelo fim da violência à juventude negra | Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Nesse dia 13 de maio, completam-se 137 anos da abolição (formal) da escravidão no Brasil, a partir de um ato da Princesa Isabel, com a assinatura da Lei Áurea, em 1888.

Como em toda fábula ou conto de fadas, construiu-se uma narrativa na qual uma princesa branca e boa “libertou” os negros e negras escravizados. Contudo, o que essa fábula não conta é que, na época, em função da crise que afetava o próprio sistema socioeconômico que se apoiava na escravidão e, principalmente, da luta e rebeldia constantes de negros e negras aquilombados, em 1888, mais de 90% dos

afrodescendentes já se encontravam livres. Lutas que tiveram como maior exemplo o Quilombo dos Palmares, entre o final dos anos 1500 e 1695, liderado por Zumbi e Dandara em sua última fase. Exemplo de um processo muito mais amplo, como lembra Clóvis Moura, que se estendeu por todo país, através de quilombos que surgiram em todos os cantos onde havia escravizados, e foi fundamental não só no combate ao açoite das Casas Grandes e dos coronéis, mas também no desgaste do sistema ao qual eles serviam.

LIBERTOS, MAS SEM ACESSO À TERRA, À MORADIA E AOS EMPREGOS

O fim da escravidão não foi acompanhado por políticas de reparações aos negros e negras pelos quatro séculos de trabalhos forçados, perseguições, torturas, estupros, crueldade e encarceramento. E muito menos significou o fim do racismo.

Pelo contrário. O capitalismo, como disse Marx, fez sua “acumulação primitiva” com a escravidão, se fortaleceu com ela e, até hoje, lucra com suas políticas racistas. A combinação entre opressão e exploração faz parte da própria essência do sistema e, por isso, ele não dará um único passo rumo à verdadeira libertação do povo negro.

Como se não bastasse terem promovido uma abolição sem reparações, o governo e a classe dominante criaram uma série de medidas que dificultavam e, até mesmo, impediam o acesso de negros e negras à terra (seja para plantar, seja apenas para morar), ao trabalho, à Educação etc. Sem acesso à terra, preteridos em relação aos

trabalhadores europeus e estigmatizados pelo racismo, negros e negras passaram a ocupar as margens do nascente mercado de trabalho brasileiro, morando, também, nas periferias das cidades.

Uma situação sempre “justificada” por ideologias, criadas e alimentadas pela classe dominante (fosse a Igreja, senhores e nobres da época colonial, ou a burguesia que começava a surgir no final dos anos 1800), que sempre tiveram como objetivo “coisificar”, “desumanizar” e “inferiorizar” negros e negras. O que também ajudou, em muito, para que os efeitos de quatro séculos de escravidão e de uma abolição sem reparações sejam sentidos ainda hoje.

VANTAGENS AOS CAPITALISTAS E QUASE NADA À LUTA CONTRA O RACISMO

Mais de um século depois da abolição formal da escravidão, negros e negras continuam acorrentados à miséria e à fome; aos piores empregos, à precarização e ao desemprego; à falta de acesso aos serviços públicos, à Saúde e à Educação. E, se não bastasse, a violência racista e o genocídio avançam nas periferias.

Violência impulsionada tanto pela política genocida de governadores da extrema direita (como em São Paulo e no Rio de Janeiro) quanto do PT (na Bahia), que desenvolvem políticas de Segurança Pública baseadas na marginalização e no extermínio, ao invés de enfrentar o grande capital e todas formas de exclusão social e precarização da vida que assolam a população negra.

Hoje, em pleno século 21, a escala 6×1 representa uma forma de “escravidão moderna”, análoga ao período escravocrata, que afeta principalmente, a população negra, sem direito ao descanso, ao lazer ou à vida.

Além disso, como herança direta da escravidão, o trabalho doméstico continua predominante dentre as mulheres negras, pobres e periféricas, submetendo-as a condições precárias, à vulnerabilidade e às mais diversas formas de violação de direitos humanos, como o caso de Sônia Maria de Jesus, mantida em regime de trabalho escravo doméstico por quase 40 anos na residência da família Borba, em Florianópolis (SC).

BASTA DE RACISMO E CAPITALISMO

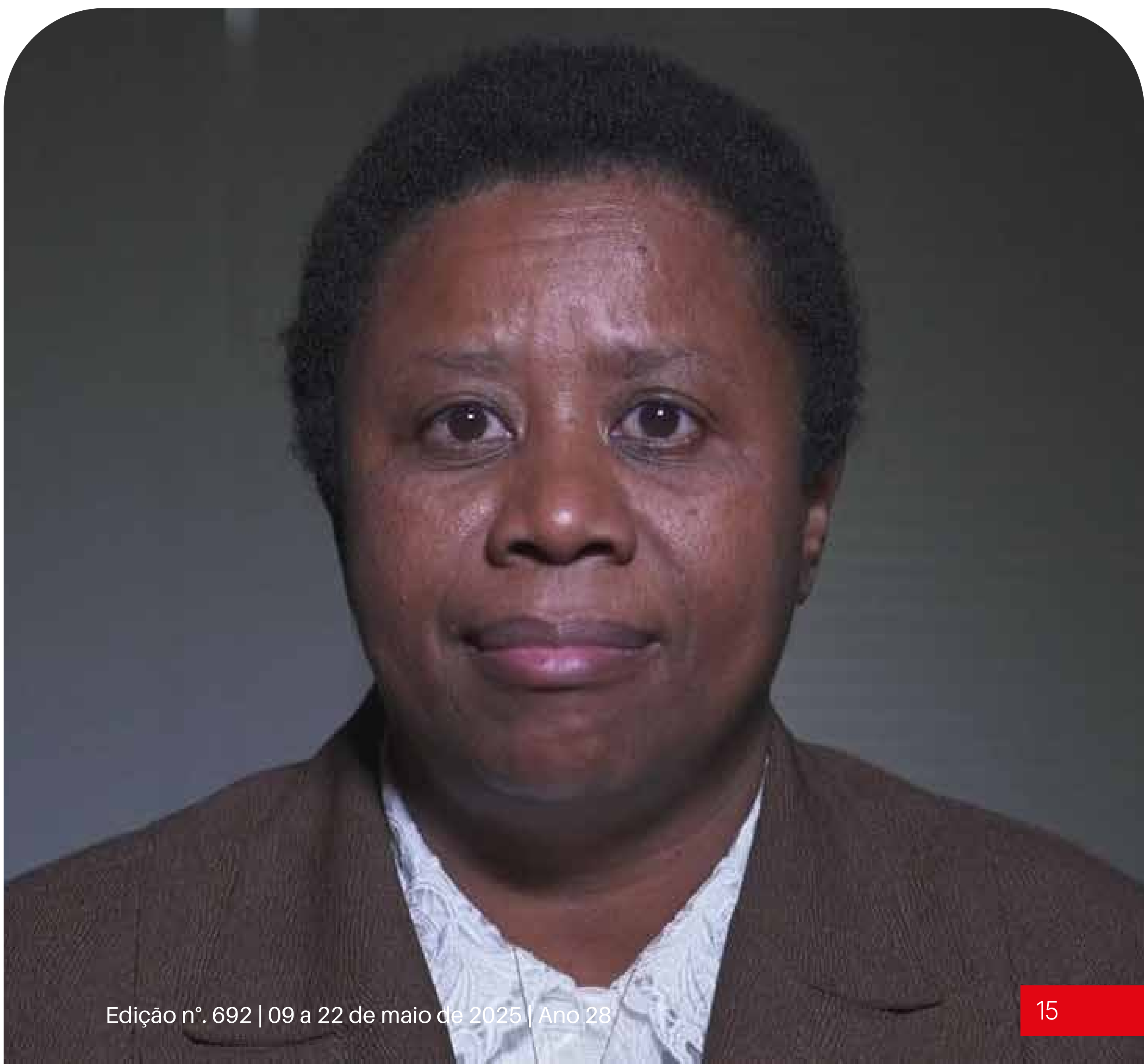
A luta é de raça e classe, contra o sistema, os patrões e os governos!

É imprescindível que retomemos os debates e, ainda mais importante, a perspectiva (na luta cotidiana) de que os problemas que dizem respeito à estrutura capitalista do Estado só podem ser encarados e resolvidos através da ação direta e independente dos movimentos negros, e das organizações sociais e políticas da classe trabalhadora.

Somente assim será possível enfrentar, de maneira séria e efetiva, o aumento da violência racial, como a enxurrada de denúncias de trabalho análogo à escravidão, violação dos direitos humanos e a criminalização de negros e negras.

Para tal, é preciso organizar os negros e pobres da classe trabalhadora não só para derrotar a direita e o bolsonarismo. Esta é uma tarefa muito importante e urgente. Mas, não podemos parar aí e ter ilusões no governo de Frente Ampla de Lula, que subordina suas políticas sociais e racial à sua verdadeira “prioridade”: satisfazer os interesses dos grupos econômicos (do empresariado, do agro e setor financeiro) que o apoiam.

E para “cortar o mal pela raiz” é preciso construir uma alternativa socialista, que conduza os negros e negras da nossa classe, e os pobres em geral, à tomada do poder e à construção de uma sociedade socialista, único caminho para abolir o racismo e toda forma de opressão. ■





ATÉ O SOCIALISMO, HOJE E SEMPRE!

José Welmovicki, nosso Zezoca, presente!



O camarada Zezoca nos deixou no dia 7 de maio, depois de travar uma dura luta contra o câncer. É com tristeza que choramos a perda de mais um dirigente histórico e valoroso da nossa corrente internacional, a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), e do nosso partido, o PSTU.

Zezoca formou dezenas, talvez centenas, de militantes em sua longa e imprescindível trajetória de luta em defesa da revolução socialista e pela construção do partido revolucionário, aqui no Brasil e também no mundo.

Muitos de nós, que tivemos o privilégio de militar lado a lado com o Zezoca, de participar de processos comuns de elaboração, de intervenção na luta de classes, de atividades de agitação e propaganda ou, ainda, de formação, sabemos da sua imensa capacidade, do seu talento e inteligência política, da memória extraordinária que

tinha e das suas qualidades como um camarada amável, afável, incapaz de grosserias.

Um camarada querido, do qual muitos éramos amigos, porque ele nos cativava pela sua generosidade sincera e pela sua capacidade de ouvir.

Sendo judeu, era antissionista convicto. Um dos principais especialistas em Palestina em nosso país, foi vanguarda durante toda sua vida na luta por uma “Palestina livre, do rio ao mar” e pela destruição do Estado racista e teocrático de Israel.

INÍCIO DA MILITÂNCIA SOB A DITADURA MILITAR

Zezoca começou sua militância em 1970, participando da luta contra a ditadura na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo eleito presidente do Diretório Acadêmico (DA) da faculdade. Vivíamos sob um dos momentos mais repressivos, durante o governo Médici, e ele foi perseguido e toda diretoria do DA foi cassada e proibida de realizar atividades políticas.

Nesse período de militância na Universidade Federal Fluminense, entre 1971 e 1974, atuou junto com outros militantes que foram perseguidos, torturados ou mortos pela ditadura, como Fernando Santa Cruz, estudante de Direito e que, hoje, dá nome ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFF.

Também participou da rearticulação do movimento estudantil brasileiro. Em 1974, se transferiu para Campinas, onde cursou pós-graduação em Engenharia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em 1975, continuou participando das lutas pelas liberdades democráticas. Em 1976, passou a cursar pós-graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), também na Unicamp, e intensificou sua militância política quando entrou em contato com a Liga Operária (LO) e iniciou sua militância como membro da organização. Em razão da atuação política, foi perseguido e monitorado pela ditadura, desde o início de sua militância. Em 1978, já como parte direção nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), participou da organização da Convergência Socialista (CS).

A LUTA PELA MEMÓRIA E PELO PARTIDO INTERNACIONAL DA REVOLUÇÃO

No ano de 1978, os militantes da Liga Operária/PST estavam em campanha pela formação da Convergência. Zezoca foi um dos 22 militantes da Convergência Socialista que foram presos naquele ano. As prisões ocorreram após a realização do Encontro Nacional que lançou o movimento. Zezoca é da geração que conheceu e conviveu com Nahuel Moreno, que também foi preso no Brasil, o que desencadeou uma enorme luta contra a sua extradição à Argentina, país que, então, estava sob uma sangrenta ditadura.

Anistiado político em 2013, travou uma grande batalha por reparações, sendo um dos impulsionadores da campanha dos ex-presos e perseguidos da Convergência Socialista.

Zezoca dedicou-se especialmente à formulação política, nacional e internacional, e à formação militante. Por isso, escreveu diversos artigos e participou da redação dos jornais “Versus”, “Convergência Socialista” e “Opinião Socialista”.

Também atuou na construção de regionais, formando equipes de direção e ajudando na implantação sindical. Com este objetivo, passou por Campinas, pelo ABC, São Paulo e Rio de Janeiro, em diferentes períodos, deixando marcas em cada frente de luta.

ELABORADOR REVOLUCIONÁRIO E INTERNACIONALISTA

Na década de 90, ajudou a formar e foi chave para a conformação de uma nova equipe de direção nacional para o PSTU, ao mesmo tempo em que participava da construção e reconstrução da LIT-QI.

Escreveu vários livros, sendo que um deles, “Cidadania ou Classe?” (2004) foi fundamental para enfrentarmos as direções do PT e da CUT que, então, passavam com armas e bagagens para o campo da colaboração de classes e para a “parceria conflitiva” com a patronal e os governos neoliberais, aderindo aos pactos sociais e à reestruturação produtiva. Zezoca tem ainda publicados os livros “Oriente Médio na perspectiva marxista” (2007) e “Reforma ou Revolução em tempos de pandemia” (2021), nos quais desenvolve uma importante elaboração sobre o neo-reformismo, analisando e combatendo os chamados partidos amplos (ou anticapitalistas) em suas diferentes dimensões, como o PSOL, o Podemos (Estado Espanhol) ou o Syriza (Grécia).

Neles, o companheiro polemiza com as elaborações do Secretariado Unificado (SU), que fundamentam tais partidos, discutindo porque, ao abandonarem a defesa da ditadura do proletariado,

estas organizações também abandonaram a concepção de partido revolucionário, leninista, passando a assumir um projeto neo-reformista. Todos estes livros, publicados pela Editora Sundermann, agora, também estão disponíveis em formato digital.

Zezoca foi sempre um militante internacionalista e dedicou grande parte dos seus anos de militância especificamente à equipe da LIT-QI, onde ajudou em inúmeras elaborações. Foi do conselho editorial da revista “Marxismo Vivo”, por vários anos. Era parte, até hoje, de sua equipe de formação, na Escola Riazanov. Também escreveu diversos artigos de fôlego para o site da LIT-QI e viajou para muitos países, sempre acompanhando os debates sobre a situação política mundial.

Perdemos um dos camaradas mais capazes, um dos imprescindíveis do núcleo histórico central da direção do nosso partido por muitos anos e, também, da LIT-QI. Camarada Zezoca, presente! ■



COVARDIA

Um assalto bilionário aos aposentados e pensionistas mais pobres

Governos são responsáveis por fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

 DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Imagine você trabalhar a vida inteira, conseguir se aposentar e, todo mês que fosse retirar sua minguada aposentadoria, um ladrão afanasse sua carteira sem que você ao menos percebesse. Pois foi exatamente isso que aconteceu, a partir 2019, com pelo menos 4 milhões de aposentados e pensionistas, no que já é considerado o maior escândalo de corrupção da história do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A diferença é que esse roubo era realizado via desconto na folha de pagamento e a vítima nem via. Estimativas apontam que, no mínimo, R\$ 6,5 bilhões foram roubados de aposentados e pensionistas, através de descontos ilegais, no próprio INSS, por entidades fantasmas.

Investigação da Controladoria Geral da União

(CGU) afirma que esse esquema perverso tinha um alvo bem definido: idosos com deficiência, indígenas, analfabetos e beneficiários vivendo em áreas remotas.

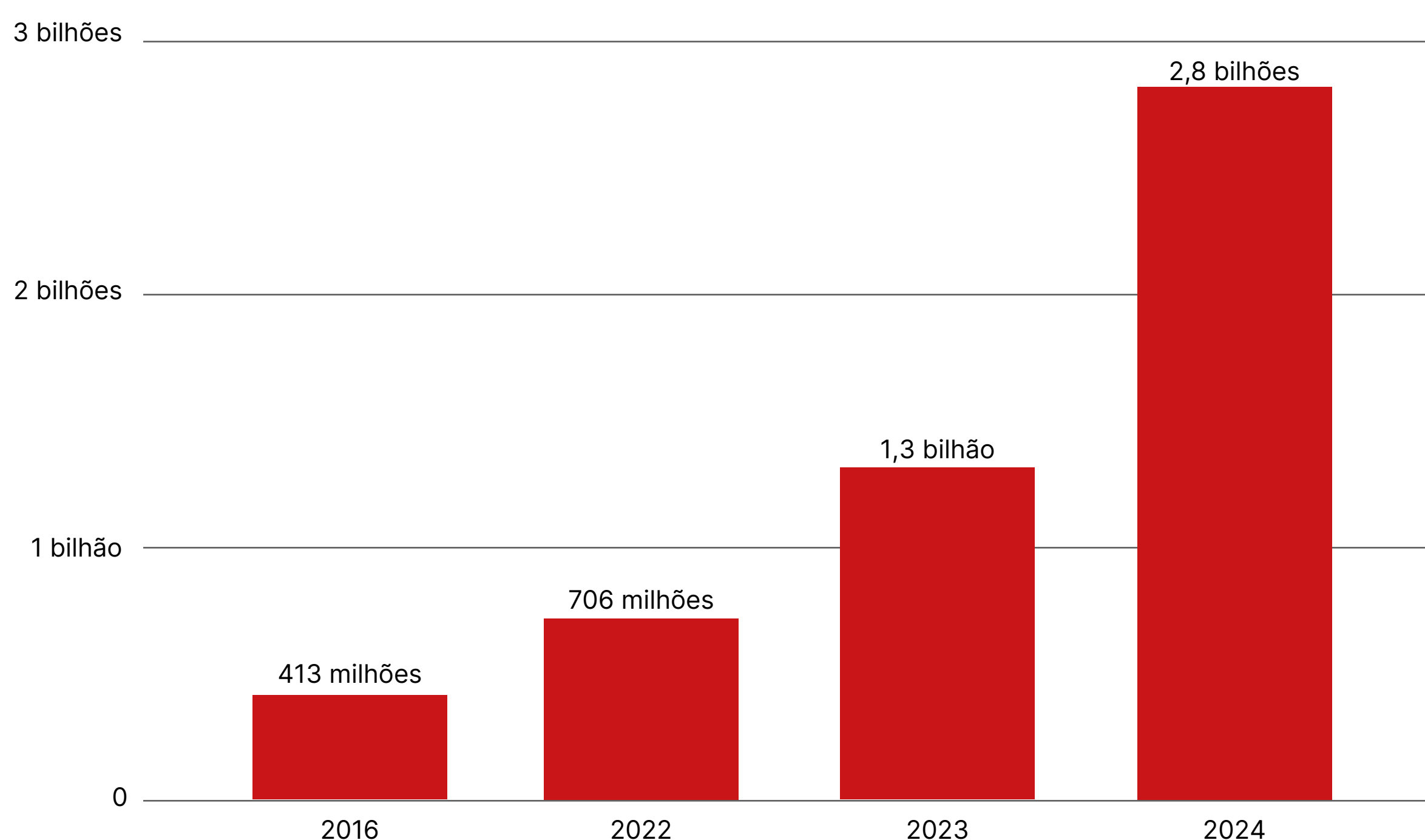
QUADRILHA ORGANIZADA

O desvio bilionário teria se iniciado em 2019, durante o governo Bolsonaro. Entidades sindicais de fachada pagavam propinas a diretores da cúpula do INSS para obterem dados de aposentados e pensionistas. Depois, falsificavam assinaturas, autorizando o desconto em folha, arrecadavam milhões mensalmente, e lavavam esse dinheiro, através de várias empresas e paraísos fiscais.

O escândalo, porém, certamente não se resume à cúpula do INSS, aos lobistas e policiais envolvidos. Sucessivos governos e o Congresso Nacional atuaram para a execução e manutenção deste verdadeiro assalto aos idosos.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Explosão nos descontos



Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

QUADRILHA

Esquema começou com Bolsonaro e ganhou impulso no governo Lula

Se o roubo começou (ou foi estruturado) a partir de 2019, foi no governo Lula que a rapina ganhou tração e se multiplicou (veja o gráfico). Mais precisamente, sob a gestão do então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, defendido até o último minuto pelo ex-ministro da Previdência Social Carlos Lupi, que havia acabado de pedir demissão (na verdade, tinha sido demitido) quando fechávamos esta edição.

Além de desconsiderar milhares de reclamações de aposentados, pensionistas e entidades sérias, Lupi fez ouvidos moucos às advertências do Tribunal de Contas da União (TCU) e da CGU, que, desde 2023, alertavam para as irregularidades.

Wolney Queiroz, o novo ministro nomeado por Lula, por sua vez, era secretário-executivo do INSS e também nada fez para investigar a roubalheira. Mais do que isso, quando deputado, Queiroz votou contra a obrigatoriedade da renovação da autorização para o desconto em folha dos aposentados, a pedido de duas entidades investigadas no esquema.

A saída de Lupi nada muda. Ao contrário, só explicita como a quadrilha de ladrões de aposentados pobres, indígenas e com deficiência está encastelada na estrutura do Estado, da polícia e do Congresso Nacional, além

das empresas privadas, que se refestelam com as terceirizações e o desmonte do INSS.

DNA CORRUPTO

Corrupção faz parte do capitalismo

O capitalismo é, em si mesmo, corrupto. A corrupção começa pelo desvio bilionário do orçamento, para pagar juros a banqueiros, num sistema pouco ou nada controlado. As emendas secretas e não-secretas fazem jorrar bilhões de reais do Congresso Nacional para milhares de prefeituras, garantindo a manutenção do poder nas mãos de poucas famílias, das bancadas do boi e da bala e das grandes empresas.

O financiamento eleitoral, por sua vez, já é uma coleira para adestrar os representantes da burguesia nas três esferas do governo: municipal, estadual e federal.

A concentração de poder num Estado que gere os negócios da burguesia não pode ter outro resultado que não seja o de beneficiar os bilionários. Por dentro ou por fora das regras. Na lógica capitalista do lucro a qualquer custo, os banqueiros e as grandes empresas vão fazer o possível para arrancar o máximo que puderem dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive e principalmente dos mais pobres. E, para isso, utilizam todo o arsenal disponível: lobbies, relações espúrias com parlamentares e agentes do Estado, informações privilegiadas etc.

PRISÃO E CONFISCO DOS BENS DOS CORRUPTORES!

No capitalismo, os trabalhadores produzem todas as riquezas, inclusive o que vai como lucro para os patrões ou os impostos que sustentam o Estado. E essa mesma burguesia, com o seu Estado, ainda rouba o pouco que resta para a sobrevivência da classe trabalhadora ao final de sua vida.

Agora, por exemplo, além desse escândalo, os créditos consignados estão na mira da CGU, com taxas irregulares, juros extorsivos e ainda mais fraudes. Ou seja, não se trata de o Estado ser mais ou menos corrupto, como afirmam os liberais que defendem privatizar tudo. O dinheiro da corrupção, como tudo no capitalismo, sempre sai do bolso do trabalhador e vai para os cofres da burguesia.

É preciso exigir prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores e a restituição imediata do dinheiro roubado. A corrupção, porém, só vai acabar com o fim desse Estado capitalista, substituído por um Estado gerido e controlado pelos trabalhadores e a população pobre.

APOSENTADOS

Governo Lula mantém massacre a aposentados e extrema direita quer aprofundá-lo ainda mais

Se trabalhadores, aposentados e pensionistas comeram o pão que o diabo amassou sob o governo Bolsonaro, não se pode dizer que, na

gestão Lula, a situação tenha melhorado. Ambos os governos impõem uma política de desmonte da Seguridade Social, achatamento dos benefícios e uma série de ataques sobre a camada mais vulnerável da classe trabalhadora. Tudo em prol de uma política para beneficiar banqueiros e bilionários.

O governo Bolsonaro impôs a Reforma da Previdência e o congelamento do salário mínimo, que atingiu diretamente os mais de 28 milhões de aposentados e pensionistas que recebem o piso. Bolsonaro chegou a extinguir o Ministério da Previdência Social e o transformou, formalmente, em um puxadinho do superministério de Paulo Guedes.

Por isso mesmo, é de uma hipocrisia gigantesca a gritaria histórica com que, de forma oportunista, a extrema direita denuncia o esquema de fraude do INSS e exige uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para, supostamente, investigar o esquema. Foi justamente sob o governo Bolsonaro que ele foi organizado.

É como pedir para que os ladrões investiguem seus próprios roubos. E, para piorar, transformam a tragédia desse crime em moeda de troca para negociar a anistia aos golpistas com a base do governo, o próprio governo e o Supremo Tribunal Federal (STF).

GOVERNO TEM CULPA NO CARTÓRIO

Já sob o governo Lula, os aposentados e pensionistas, assim como o conjunto da classe

trabalhadora, não tiveram alívio. Além de não ter revertido os ataques impostos durante o governo Bolsonaro, o governo Lula impôs o Arcabouço Fiscal, que limita os gastos sociais, para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros, e, mais recentemente, baixou um pacote no Congresso Nacional que insere o salário mínimo nos limites desse teto de gastos repaginado.

Ou seja, aposentados e pensionistas continuam tendo sua renda corroída, ainda mais numa situação em que os alimentos e produtos mais básicos vivem uma explosão inflacionária.

Mais do que isso, o governo manteve a terceirização, através de “acordos de cooperação técnica”, para entidades e associações que têm em suas mãos os dados de 40 milhões de beneficiários, abrindo uma avenida para todo tipo de fraude.

O crédito consignado também entrega a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas aos grandes bancos, num esquema de endividamento que, agora, só tende a piorar com a ampliação dessa modalidade aos trabalhadores com CLT.

A política de desmonte do INSS, por sua vez, segue avançando, com déficit de servidores públicos, sobrecarregados e submetidos a toda sorte de assédio moral. Situação que só faz aumentar a fila do INSS, que o governo Lula havia prometido zerar.

NOVOS ATAQUES

Se a coisa está ruim, pode piorar. A Ministra do

Planejamento Simone Tebet defendeu que, após as eleições, o governo teria uma “janela de oportunidade” para desferir ainda mais ataques, seja qual for o novo governo eleito.

“Temos uma janela que é após eleição, seja qual for o próximo Presidente da República, uma janela de oportunidade da PEC do apertar os cintos. Nós não precisamos mudar o Arcabouço, precisamos estabelecer certos parâmetros”, afirmou à CNN, referindo-se às despesas obrigatórias, dentre elas as aposentadorias. A política da extrema direita não é diferente. Querem apenas acelerar esse processo, como uma espécie de “via Milei” no Brasil.

Trata-se de um roubo muito maior que a fraude do INSS. Enquanto os fraudadores ostentavam carros de luxo, com o dinheiro roubado dos aposentados mais pobres, os banqueiros, através de sucessivos ataques às aposentadorias, enchem seus bolsos, através de uma política de arrocho dos benefícios garantidos pelo Arcabouço Fiscal e a dívida.

A diferença é que esse assalto não aparece no extrato bancário.

É de uma hipocrisia gigantesca a gritaria histérica da extrema direita sobre o esquema de fraude do INSS que foi justamente organizado sob o governo Bolsonaro.

SEPARAR O JOIO DO TRIGO

Justiça e governo atacam organizações que representam os aposentados

A Justiça determinou a suspensão de todos os descontos, mesmo das entidades que realmente defendem os aposentados, inclusive aquelas que já denunciavam a fraude. É o caso da Associação Democrática dos Aposentados e Pensionistas do Vale do Paraíba (Admap), filiada à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), entidade com mais de 40 anos de atuação, e à CSP-Conlutas.

Aposentados e pensionistas, assim, estão sendo duplamente atingidos: ficam à mercê dos fraudadores encastelados no Estado e sem a proteção das entidades que realmente estão do lado dos trabalhadores.

“Já havíamos alertado o governo sobre essas ocorrências. É preciso que as investigações possam ir a fundo e que as pessoas prejudicadas tenham seus recursos devolvidos o quanto antes”, afirma o presidente da Admap, Josias de Oliveira Melo, que completa: “o governo federal precisa ser rápido para separar o joio do trigo, excluir os golpistas e não prejudicar as organizações legítimas, que representam verdadeiramente os aposentados e pensionistas brasileiros.” ■

Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento do governo Lula | Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

COVARDIA

O fim da escala 6x1 é necessário e urgente

 JÚLIO ANSELMO E RENATA FRANÇA,
DA REDAÇÃO



Ato do 1o de maio classista e de luta em São Paulo (SP) | Foto: Maisa Mendes

Não é à toa que a reivindicação pelo fim da escala 6×1 está ganhando cada vez mais popularidade. O Brasil tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo e um dos menores salários mínimos. O excesso de trabalho e o pouco tempo livre também têm contribuído para a epidemia de doenças mentais que assolam a classe trabalhadora.

No caso das mulheres, devido à dupla jornada, a situação é ainda mais grave. Elas dedicam, em média, 21 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam apenas 11h. Assim, na única folga semanal, a trabalhadora segue sobrecarregada com cuidados da casa e da família.

REDUZIR OS LUCROS DAS GRANDES EMPRESAS, PARA REDUZIR A JORNADA

Segundo estudo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 19 milhões de trabalhadores estão em sobrejornada — ou seja, acima das 44 horas semanais previstas na Constituição. Ao mesmo tempo, mais de 75 milhões trabalhadores formais e informais poderiam se beneficiar da redução da jornada para 36 horas, sem redução de salários, com benefícios à saúde, ao convívio familiar e à sociedade e gerando mais empregos.

Contudo, os empresários e a grande imprensa têm reagido com a ladainha de que o fim da escala 6×1 seria “impossível” e causaria um “desastre econômico”. Alegam que a redução da jornada, sem redução de salários, forçaria as empresas a contratarem mais funcionários, aumentando seus custos, o que levaria ao repasse para os consumidores ou a demissões em massa. São os mesmos argumentos usados contra o 13º salário, o FGTS e outras conquistas.

Em nota oficial, a Associação Comercial de São Paulo chegou a declarar que a medida “é um retrocesso por duas razões: a primeira é porque pode colocar em risco o emprego do funcionário, já que ao adotá-la a empresa terá um custo maior e vai precisar modificar seu custeio de uma maneira geral. Por outro lado, se a empresa aceitar esse custo adicional que o empresário vai carregar, isso será necessariamente repassado ao preço do produto final. Ao final, quem pagará a conta será o próprio trabalhador”.

O que não falam é que eles não precisam nem demitir, nem cortar salários e nem repassar os custos, há uma quarta opção: reduzir os lucros das grandes empresas.

Só o setor farmacêutico, dominado por três grupos (RD, Pague Menos e DPSP), faturou R\$ 91,3 bilhões em 2023. Já os 15 maiores supermercados movimentaram mais de R\$ 348 bilhões, com quatro redes concentrando 70% do mercado. Esses números revelam não apenas o alto grau de concentração e lucratividade desses setores, mas também demonstram que há margem para reduzir jornada sem cortar salários ou repassar preços.

Por isso, não confiamos nas falácias dos empresários, que defende a semana 4×3, com objetivo de intensificar o ritmo de trabalho e até transferir os custos para o Estado, por meio de isenções fiscais. Somos contrários a qualquer contrapartida desse tipo.

Defendemos outro caminho: sobretaxar as 250 maiores empresas do país para financiar a transição dos pequenos negócios ao novo regime de trabalho. E se os grandes conglomerados ameaçarem encerrar operações no país ou descumprirem a lei, o governo deve colocar a expropriação na mesa.

MOBILIZAÇÃO

Não é possível vencer se não sabemos contra quem lutamos

Nos atos de 1º de Maio ecoou o grito pelo fim da escala 6×1. De um lado, trabalhadores retomaram a histórica luta por redução da jornada — origem do Dia do Trabalhador, com a greve dos operários de Chicago, em 1886. Do outro lado da trincheira, o Supremo Tribunal Federal (STF) travou as ações judiciais que contestam o uso da pejetização para burlar direitos trabalhistas, ameaçando legalizar um modelo ainda mais precário de contratação.

A cena retrata a realidade nitidamente: se depender dos “de cima”, do Congresso, do Judiciário e do governo se sensibilizarem pelo clamor das ruas, nossos direitos continuarão sendo rifados em nome dos lucros empresariais. Não por acaso, a proposta da semana 4×3 foi chamada de “sonho” por Hugo Motta (Republicanos), presidente da Câmara, que há meses está sentado em cima da PEC do fim da 6×1.

Afinal, para abolir essa escala da escravidão moderna será preciso inverter o jogo, apostar na mobilização independente da classe trabalhadora, sem ilusões nas instituições e no governo. Apoio popular não falta: a rejeição à escala 6×1 já conquistou a maioria da sociedade e a força nos locais de trabalho cresce. A greve no dia 1º de maio no Zaffari (rede de supermercados) foi exemplo disso, passando por cima do sindicato pelego, que negociou a absurda escala 10×1.

Não é à toa que até Lula, após meses de silêncio, tenha sido obrigado a se pronunciar. Mas, enquanto acena aos trabalhadores com

promessas de “diálogo”, também celebra empresas como o Mercado Livre — símbolo da exploração em escala 6x1.7

Com mais da metade da força de trabalho desempregada, subutilizada ou na informalidade, o Brasil do “pleno emprego” festejado por Lula é, na verdade, um paraíso para as grandes indústrias, redes de farmácias, supermercados e e-commerces que lucram com jornadas extenuantes e os contratos temporários e precários permitidos pela Reforma Trabalhista e a lei das terceirizações.



Protesto de rua pelo fim da escala 6x1 | Foto: Sérgio Koei

SÓ FALAR NÃO BASTA

Lula deve agir pelo fim da escala 6x1

No pronunciamento de 1º de Maio, Lula disse que é hora de “aprofundar o debate” sobre a escala 6x1. Gleisi Hoffmann prometeu que o tema será prioridade do governo. Mas, depois da demora

injustificável para se posicionar diante de uma reivindicação tão urgente, isso é pouco. Discurso, por si só, não basta. Precisamos de ação concreta para garantir a aprovação dessa pauta.

É inadmissível que diversos projetos de redução da jornada continuem parados no Congresso. Afinal, quando se trata de ataques aos trabalhadores, o governo se mostra ágil. E ao contrário do que dizem seus defensores, o problema não é falta de força para agir. Até o líder do Partido Liberal (PL), o bolsonarista Sóstenes Cavalcante, contrário à pauta, reconheceu isso:

“O colégio de líderes nunca discutiu isso. Se o governo quiser, ele tem força para fazer a matéria andar, mas até agora não tenho sentido nenhum interesse do governo em fazer essa pauta avançar”, afirmou em entrevista ao portal UOL.

O que tem faltado é vontade política. E isso se explica pela opção do PT por um projeto de conciliação com os setores da burguesia.

O Centrão, que controla o Congresso com o apoio do próprio governo, não tem interesse algum em aprovar essa pauta. A oposição bolsonarista é abertamente contrária. Só a mobilização da classe trabalhadora, cobrando a responsabilidade do governo Lula e, também, enfrentando o Centrão, Hugo Motta e a extrema direita, pode romper o pacto do governo e do Congresso com os grandes empresários.

Independência frente ao governo Lula para enfrentar os interesses dos capitalistas

As centrais sindicais, após longo período de imobilismo, realizaram ato em Brasília no dia 29 de abril contra a escala 6x1 e entregaram uma pauta de reivindicações aos Três Poderes. No entanto, centraram sua crítica na extrema direita, não denunciando o fato de que o atual governo não revogou sequer um ponto das reformas Trabalhista e da Previdência, o que ajuda a própria extrema direita. Muitas dessas centrais, inclusive, assinam acordos com empresas que legalizam jornadas abusivas, bancos de horas e trabalho aos domingos e feriados.

O movimento Vida Além do Trabalho (VAT), que teve papel importante ao pautar o tema, também se acomoda à estratégia do governo. Ao subordinar a mobilização apenas à pressão sobre Hugo Motta e às articulações no Congresso, reforça a narrativa de que o verdadeiro obstáculo é apenas a direita, enquanto o próprio governo não faz nada para o tema avançar.

O Congresso e a direita são os inimigos. Precisamos derrotá-los. Mas é preciso também cobrar o governo e manter a luta independente para termos vitória. Não será através das negociatas no Congresso que venceremos. A conquista virá da luta direta, das ruas e das paralisações.

Nessas ações, queremos toda unidade com o

VAT para fortalecer as frentes e comitês de base, unificando greves em curso, o breque dos apps, sindicatos combativos e movimentos sociais e de luta contra as opressões — afinal, são as mulheres, negros, LGBTIs e imigrantes que ocupam os postos mais precarizados. Não podemos passar o pano para qualquer governo. É hora de unir os trabalhadores com independência de classe, exigindo de Lula:

Medida Provisória que proíba a escala 6×1, já!

Revogação das reformas Trabalhista e da Previdência, da Lei das Terceirizações e do PL dos Aplicativos.

Taxação das 250 maiores empresas para subsidiar um programa de apoio aos pequenos empresários na transição para um novo modelo de jornada.

Proibição das demissões em massa e controle de preços para impedir repasses aos consumidores.

Redução da jornada para 30 horas semanais, sem redução de salários, e adoção da semana 4×3: Trabalhar menos, para trabalhar todos e viver melhor!

Não há jornada justa neste sistema

No capitalismo, os avanços tecnológicos e o aumento da produtividade servem para demitir

trabalhadores e trabalhadoras e intensificar o ritmo de trabalho. Em vez de garantir bem-estar e reduzir a jornada, tudo é subordinado à concorrência entre capitalistas e à busca por lucros.

Por isso, defendemos a construção de uma sociedade socialista, com uma economia planificada e as horas de trabalho divididas socialmente, de acordo com as necessidades dos trabalhadores e da vida no planeta.■

Não será através das negociações no Congresso que venceremos. A conquista virá da luta direta, das ruas e das paralisações.



1º DE MAIO

Ocupamos as ruas em defesa das pautas históricas da classe trabalhadora

O PSTU participou dos atos internacionalistas, classistas, com independência de governos e patrões, convocados em unidade com a CSP-Conlutas e outras organizações

 DA REDAÇÃO

O 1º de Maio foi marcado pela realização de atos públicos alternativos convocados pela CSP-Conlutas, o PSTU e diversas outras organizações políticas, sindicais, estudantis e populares. O objetivo foi resgatar a história de luta dessa importante data e defender as pautas da classe trabalhadora com independência frente a todos os governos e patrões, e retomar o internacionalismo proletário.

CONTRAPONTO

A militância do PSTU convocou e organizou atividades em 40 cidades, sendo 21 capitais, nas cinco regiões do Brasil. Atos que se tornaram contrapontos às atividades das centrais sindicais burocráticas e governistas, que realizaram festas com sorteios e presença de políticos de direita no palco, e agitaram bandeiras de lutas genéricas para não se enfrentar com o governo Lula e seu Arcabouço Fiscal, que favorece os grandes capitalistas.

Nossos atos foram o oposto disso. Denunciamos a política econômica neoliberal do governo Lula e cobramos o fim do Arcabouço Fiscal. Exigimos, também: a revogação das reformas Trabalhista e

da Previdência; a suspensão do pagamento da dívida pública aos banqueiros; o fim das privatizações, pela reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas; a aplicação de imposto progressivo sobre o lucro e dividendos das 200 maiores empresas e seus bilionários capitalistas; a expropriação dos bancos, dos grandes monopólios capitalistas e do agronegócio, para garantir alimentos para o povo; reforma agrária e urbana.

UNINDO AS LUTAS DO MOMENTO

Nossos atos uniram as lutas que existem no momento, a exemplo da campanha pelo fim da escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários e direitos, e pela isenção do Imposto de Renda até os R\$ 5 mil, já, sem enrolação.

Cobramos medidas de combate à crise climática; o fim da LGBTIfobia, do racismo, do machismo e todas as formas de opressão; a derrubada do Marco Temporal, pela demarcação e titulação de todas as terras indígenas e quilombolas; e moradia popular aos sem-teto.

E deixamos nosso recado à extrema direita, exigindo a prisão de Bolsonaro e de todos os golpistas. É preciso punição, para que isso nunca mais aconteça.



SÃO PAULO

Manifestantes marcham na avenida Paulista e rua Augusta



Passeata saiu do Masp em direção à Praça Roosevelt | Foto: Maisa Mendes

Em São Paulo, cerca de 2 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, foram à avenida Paulista. O ato teve início em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) e seguiu em passeata até a Praça Roosevelt. Estiveram presentes trabalhadores de várias categorias, como metalúrgicos, professores, metroviários, servidores municipais e federais, além de movimentos de moradia, mulheres, juventude, imigrantes, negros, entregadores de aplicativo e mães de vítimas da violência policial.

Com faixas, cartazes e palavras de ordem, entre as principais reivindicações estiveram o fim da escala 6x1; a redução da jornada sem redução de salários; a revogação das reformas trabalhista e da Previdência; o fim do arcabouço fiscal; e a exigência de punição a todos os golpistas, sem anistia.

O combate à violência policial nas periferias, ao racismo, à violência machista e à xenofobia também foi destaque.

INTERNACIONALISMO

O apoio à resistência palestina diante do massacre promovido por Israel, e também à luta do povo ucraniano contra a invasão russa foram reafirmados como parte da solidariedade internacional.

Outra luta presente foi contra a xenofobia. Imigrantes relataram a situação difícil que passam no Brasil e o racismo que sofrem. Ao microfone, um trabalhador senegalês lembrou a morte de Ngange Mbaye, imigrante assassinado recentemente pela PM de São Paulo. Ele denunciou o racismo do sistema capitalista e a política migratória seletiva que atinge os africanos.

“Existe uma disputa imperialista pela África muito grande e essa disputa imperialista, que saqueia nossos recursos naturais e força a imigração. A imigração não é favor. É um direito humano consagrado na Declaração dos Direitos Humanos. Ngange era um trabalhador que não conseguiu vender a sua força de trabalho e, por isso, recorreu à informalidade e foi aí onde ele encontrou a sua morte. A morte do Ngange não é um caso isolado. É fruto desse sistema capitalista que privilegia a imigração branca em detrimento da imigração africana”, explicou.

Confira a fala da Vera em ato em São Paulo

[CLIQUE AQUI](#)

Greve dos trabalhadores do Zaffari marca o 1º de Maio

Em Porto Alegre, o dia foi marcado pela greve dos trabalhadores do supermercado Zaffari, que lutam contra escalas extenuantes que chegam a 10x1, além de baixos salários.

“O 1º de Maio foi muito importante, com muita representatividade da classe trabalhadora. Primeiro, porque tinha como eixo central a questão de ser um 1º de Maio classista e independente de governos e patrões. Segundo, que ele foi marcado por uma greve de trabalhadores do Zaffari, que é uma categoria muito jovem, que sofre muita pressão do patrão, mas que teve a coragem de iniciar a greve”, diz Rejane de Oliveira, militante do PSTU e integrante da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas.

O grupo Zaffari é um dos maiores oligopólios empresariais do Rio Grande do Sul e lucra R\$ 640 milhões por ano à custa da exploração dos trabalhadores e da monopolização da rede de mercados.

Como forma de enfrentar esta situação, centenas de funcionários se auto-organizaram e decidiram realizar a greve no 1º de Maio, mesmo sem o apoio do Sindicato dos Comerciantes, que é aliado da patronal.

Com a greve, os trabalhadores passaram a receber ameaças e intimidações. O Zaffari entrou

mais uma vez na Justiça contra o PSTU, que emitiu um interdito proibitório, impedindo que fossem realizados protestos dentro dos supermercados, sob pena de multa de R\$ 20 mil por dia.

Mas nada impediu que a greve fosse realizada. As trabalhadoras e trabalhadores do Zaffari foram à luta e a Justiça do Trabalho determinou que a rede não demitisse trabalhadores sem justa causa e nem realizasse descontos salariais antes de uma negociação com o movimento que organizou a paralisação.

Essa é uma vitória que garante o direito à mobilização contra a superexploração imposta pelo supermercado. As denúncias das jornadas excessivas estão permitindo que os funcionários tenham consciência de seus direitos e comecem a lutar por eles.■



Militância do PSTU nas ruas de Porto Alegre no 1º de Maio

GALERIA

Algumas imagens do 1º de Maio



ARACAJU (SE)



BELÉM (PA)



BELO HORIZONTE (BH)



CURITIBA (PR)



FLORIANÓPOLIS (SC)



FORTALEZA (CE)



GOIÂNIA (GO)



MACAPÁ (AP)



MANAUS (AM)



NATAL (RN)



BRASILIA (DF)



RECIFE (PE)



RIO DE JANEIRO (RJ)



SÃO LUIS (MA)



TERESINA (PI)

ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO!

Fora Lemann do MEC e bilionários da Educação

 POR REBELDIA,
JUVENTUDE DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



Jorge Paulo Lemann é um dos maiores bilionários do país | Foto: Reprodução

A educação pública brasileira está cada vez mais aos frangalhos. Há o desmonte e a entrega dos serviços para a iniciativa privada. Professores e professoras estão sobrecarregados, alunos estão abandonando os estudos, mas os tubarões do ensino seguem lucrando. Que a Educação esteja seguindo esse curso de colapso não é novo. Mas qual foi o caminho percorrido para que, hoje, exista um bilionário dentro do Ministério da Educação (MEC)?

A TRILHA DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Não é de hoje que o projeto de educação para o país serve à classe dominante. Isso é assim desde o papel jogado pela Igreja Católica, passando pelos escravocratas barões do café e do gado e pelas elites autoritárias e ditatoriais.

Mas a Educação capitalista, com a cara de hoje, vem dos anos 1990, quando o neoliberalismo se expandiu pelo mundo e o governo FHC deu um salto na privatização.

O neoliberalismo foi uma resposta capitalista à decadência e queda da ex-URSS, como parte de um novo ciclo do capital, diante de um “novo mundo”. O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) cumpriram papéis fundamentais, orientando os países a reformarem seus sistemas educacionais para adequá-los às mudanças nos sistemas produtivos.

Nos países coloniais e semicoloniais, isso significou voltar a Educação para a formação profissional e técnica, subordinando-a cada vez mais ao mercado. A lógica empresarial se manifestou na busca por recursos privados e, aí, veio o “boom” das privatizações.

BALANÇO

PT tem responsabilidade nas privatizações no Ensino Superior e Educação Básica

O PT foi um dos principais agentes na implementação neoliberal da privatização da Educação. Seus governos nunca romperam com as orientações do Banco Mundial e do FMI. Pelo contrário, no primeiro governo Lula foi criado o chamado “Conselhão” (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), com representantes das empresas, tendo como objetivo debater e legitimar as reformas propostas pelo FMI.

Por isso, foi realizada a Reforma Universitária quando o governo, ao invés de investir na educação pública, aprovou uma série de benefícios para as empresas do setor, em troca de vagas nas universidades privadas, com o Programa Universidade para Todos (Prouni). Esse foi o maior passo dado no sentido da privatização do Ensino Superior no país. E, agora, foi dado o maior passo no para a privatização do Ensino Básico, também pelo PT, com o Novo Ensino Médio.

A Reforma Universitária de 2007 garantiu o financiamento e o espaço necessários para os tubarões da Educação se consolidarem como os donos do ensino superior brasileiro. O Novo Ensino Médio permite que as empresas entrem nas escolas para ofertar parte dos itinerários, subordinando a Educação Básica, completamente, às empresas.

APAGÃO DA EDUCAÇÃO

Subordinação ao imperialismo

Trinta anos de neoliberalismo pioraram a subordinação da educação pública à iniciativa privada. O Brasil está mais rebaixado na divisão mundial do trabalho e diante da reestruturação produtiva, com a tecnologia 4.0.

Há um processo de desindustrialização relativa, com diminuição da indústria de alta tecnologia, reprimarização da economia (produção e exportação de matérias primas) e, também, a precarização de postos de trabalho, com a Reforma Trabalhista e a crescente uberização.

Todos planos propostos pelos órgãos imperialistas, o BM e o FMI.

Ou seja, a Educação não está voltada para produzir ciência e tecnologia, formar mão de obra especializada ou desenvolver a indústria e a soberania nacionais. O que se pretende é formar uma mão de obra cada vez mais rebaixada, gradualmente trocada por robôs e aplicativos – combinado com a plataformização da própria Educação.

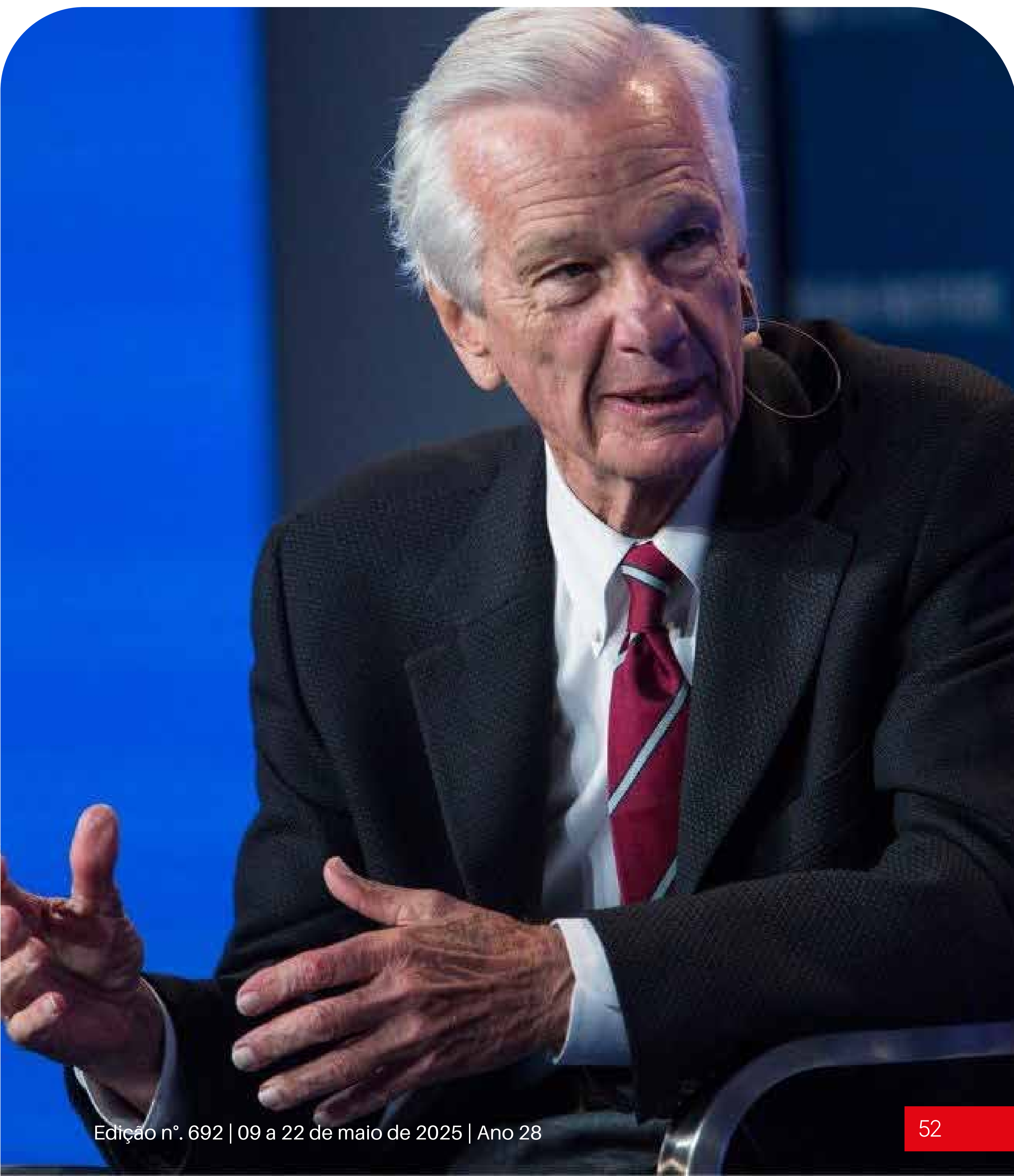
Nessa lógica, os alunos não precisam ter currículos regulares e, por isso, também, dá para entender a evasão e os vínculos de trabalho cada vez mais precários para professores. É isto que nos faz afirmar que vivemos em um “apagão da Educação”: nunca houve tão pouco interesse em se tornar professor.

EDUCAÇÃO

Nem quartel, nem de empresas

Não é caso de quartel e nem de empresas. Ter um bilionário no Ministério da Educação, convidado por Lula e pelo Ministro Camilo Santana, é apenas a coroação desse processo. A extrema direita também defende a militarização da Educação. É a fórmula eficaz para entregar tudo para as empresas e evitar que existam lutas e revoltas. O governo deu aos estados a decisão de acatar isso ou não, deixando a via aberta para a ofensiva ideológica da extrema direita. A Educação não é caso de quartel e nem de empresas. Lutamos pela expropriação dos 10

maiores grupos privados do setor, que acumulam mais matrículas no Ensino Superior do que todas as universidades públicas. Lutamos pela federalização do ensino. Queremos a revogação do Novo Ensino Médio e debater um projeto de educação a serviço dos trabalhadores, não das empresas. Por uma escola única, sem diferença entre a escola dos ricos e dos trabalhadores. E pela expropriação dos bilionários da Educação, em defesa da educação pública e gratuita. ■



VIOLÊNCIA POLICIAL

Movimentos sociais lançam campanha pela demissão de Guilherme Derrite

Secretário de Segurança Pública de São Paulo comanda política de extermínio promovida pela Polícia Militar contra os pobres



No sábado, 26 de abril, familiares de vítimas das polícias, movimentos sociais, sindicatos e partidos se reuniram no lançamento da campanha “Fora, Derrite!”. A roda de conversa aconteceu na Central Sindical e Popular – Conlutas, no centro de São Paulo. Com a adesão de movimentos de várias partes do estado e apoio de lutadores e personalidades do Paraná, Pará, Rio de Janeiro, coletivos antirracistas de Portugal, a iniciativa traz em seu manifesto um convite à reflexão:

“Quando um PM joga um homem indefeso da ponte na Zona Sul, ou quando invade um velório de mais uma pessoa morta pela PM, como em Bauru, a nossa segurança melhora? Será que, com quase 1 milhão de presos no país, simplesmente encarcerar mais gente representa alguma saída? Nós que assinamos este manifesto acreditamos que não e que tem algo muito errado com a tal segurança ‘pública’”, diz parte do texto.

De fato, enquanto o governador é só elogios a Guilherme Derrite, São Paulo bate recordes em feminicídios, como também aponta o manifesto. De acordo com levantamento do Portal G1, com

base em dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, há um aumento expressivo dos casos nos últimos três anos, como se pode ver no gráfico ao lado.

O chocante assassinato da estudante da Universidade de São Paulo (USP), Bruna Oliveira da Silva, de 28 anos, em abril, tristemente comprova que um problema tão elementar passa longe das prioridades do governo paulista. O manifesto afirma, ainda, que “o genocídio do povo negro, indígena, periférico e trabalhador é uma política de Estado” e que todos “os governos fazem parte dessa máquina de guerra, inclusive os do PT.

O caso do estado da Bahia não deixa dúvidas quanto a isso... Lá, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.699 pessoas foram mortas por policiais, em 2023, o que faz o estado governado pelo petista Jerônimo Rodrigues liderar a lista de mortes por policiais no país.

Por sua vez, o Governo Lula, lamentavelmente, tem permitido a militarização da Segurança e tentado tapar o sol com a peneira, com medidas de efeito no mínimo questionáveis”. A Proposta de Emenda Constitucional 18/2025, a PEC da Segurança Pública, apresentada neste mês pelo governo federal, não deixa dúvida sobre isso.

UMA GUERRA RACISTA

O manifesto também destaca que não há “segurança para a maior parte de nós; mas, sim, uma guerra racista e de classe. Aliás, as polícias são bem treinadas para tocar o terror nas quebradas. Se você duvida, preste atenção às

denúncias que familiares de vítimas fazem incansavelmente no país todo”. Em seguida, são mencionadas algumas das muitas vítimas das polícias do Norte ao Sul do país.

Diante deste quadro, o texto finaliza chamando à *“organização independente, unindo as organizações de bairro, os movimentos sociais, sindicatos, grupos de familiares. Esse é o caminho para conseguirmos mudar essa situação e defendermos nossas vidas”*.

“MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA” CONTRA ABUSOS

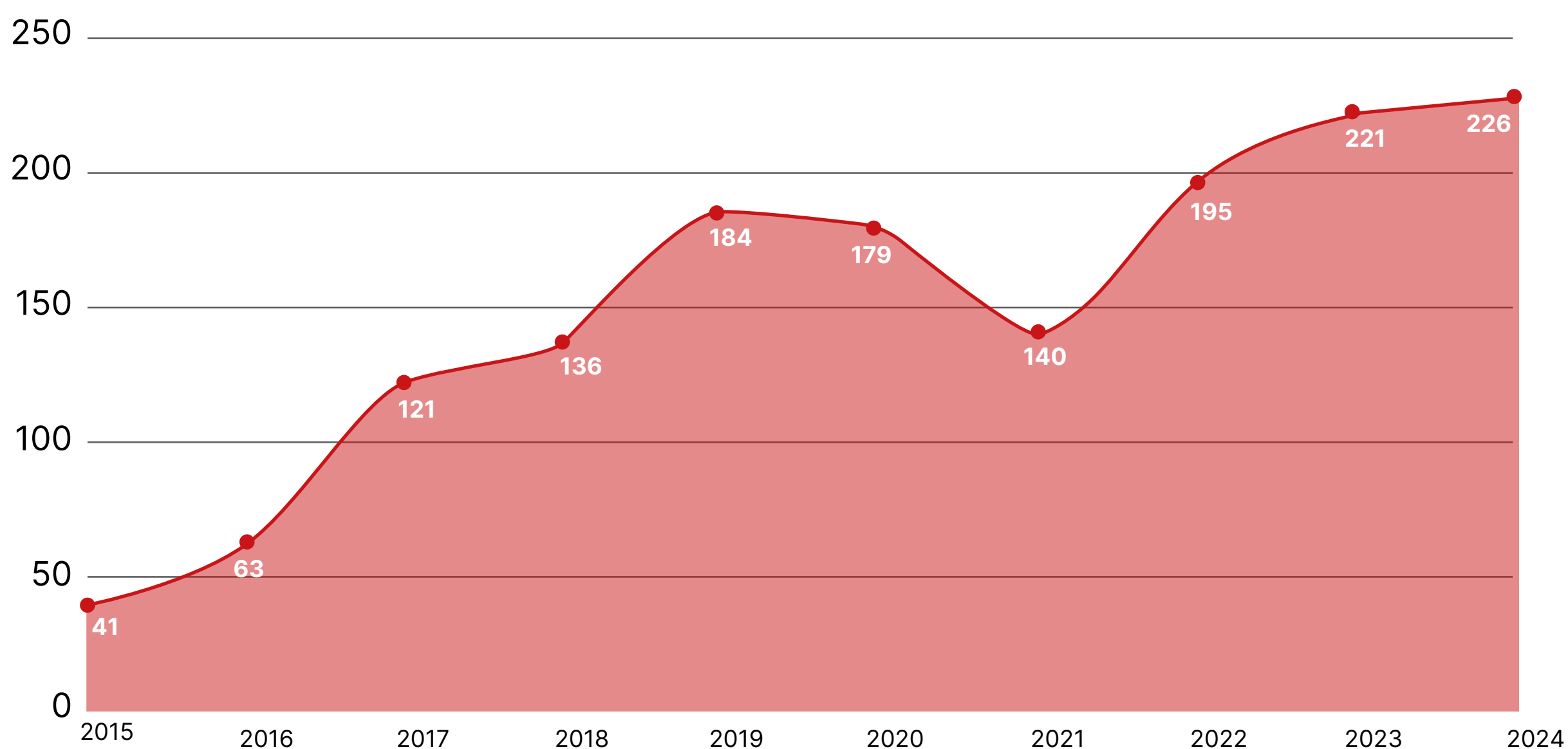
Coerente com essa ideia, a roda de conversa também foi o momento de apresentação do “Manual de sobrevivência na guerra dos de cima contra os de baixo: a nossa segurança pública feita nós por nós”, confeccionada pelo Luta Popular, o Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre em Paraisópolis, o Comitê Brasilândia Nossas Vidas Importam e a Apeoesp (Subsede Oeste-Lapa).

Trata-se de uma cartilha de autodefesa contra os abusos dos poderosos. Como se sabe, as próprias autoridades, por vezes, são as primeiras a desrespeitarem o tal “Estado Democrático de Direito”, uma ficção nos bairros populares, onde casas são invadidas sem mandatos, jovens negros tomam enquadros sem justificativas, bailes funk são dispersados à bala, sem falar nas mortes de inocentes e prisões forjadas.

Agora, os materiais da campanha serão levados aos bairros populares, às fábricas, escolas, ocupações, bailes funk e vários outros locais.

Eles também podem ser acessados online. Haverá uma nova reunião, no final de maio, para avaliar o andamento das atividades e definir os próximos passos.■

CASOS DE FEMINICÍDIO NO ESTADO DE SP



Fonte: Secretária da Segurança Pública (SSP) *Dados de 2024 são referentes ao período entre jan-nov ** Dados de 2015 a partir de abril.

Leia o manifesto na íntegra e assine:

[CLIQUE AQUI](#)

Baixe a cartilha aqui

[CLIQUE AQUI](#)



Campanha foi lançada na sede da CSP-Conlutas

80 ANOS DA SEGUNDA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial e a “revolução traída”

 JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO



A queda de Berlim - bandeira soviética sobre o Reichstag alemão | Foto: Reprodução

Há 80 anos, terminava a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na Europa, o maior conflito militar da História, marcado pela ascensão e derrota do nazismo no continente. O “teatro de operações” da guerra envolveu praticamente todo o globo, com combates no Extremo Oriente asiático e no Oceano Pacífico, passando pelo Norte da África, seguindo por batalhas navais realizadas nas costas das Américas e no Rio da Prata.

Segundo as estimativas do historiador Eric Hobsbawm, a guerra provocou 50 milhões de mortes. Na Ásia e Oceania, entretanto, os combates só terminariam em novembro, quando o Japão se rendeu, após os Estados Unidos lançarem bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki.

A força motriz que deflagrou a Segunda Guerra foi a rivalidade interimperialista na disputa por novos investimentos, mercados e fontes de matérias-primas baratas, questões que não haviam sido resolvidas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando França, Inglaterra e Rússia se enfrentaram contra Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano, para “decidir” quem teria o direito de espoliar as outras nações do mundo.

Na época, a derrota da Alemanha jogou o país numa profunda crise econômica e social, agravada pelos tratados de paz de Versalhes (assinados em 28 de junho de 1919). A Inglaterra, detentora da hegemonia imperialista durante o século 19, estava em franca decadência, enquanto os Estados Unidos se encontravam em plena ascensão. Mas a crise econômica de 1929 adicionou mais contradições às disputas entre as nações imperialistas e, também, incendiou a luta de classes.

DERROTA DAS REVOLUÇÕES ABRIU CAMINHO PARA A GUERRA

Na França, a classe operária ocupou as fábricas após o Partido Socialista chegar ao poder, com a Frente Popular, em maio de 1936. Na Espanha, eclodiu uma Guerra Civil, quando o general e, posteriormente, ditador, Francisco Franco, deu um golpe de Estado, em julho de 1936, contra a Segunda República.

O objetivo era derrotar uma classe operária fortalecida por sua ação revolucionária e que resistiu por anos contra o ditador Franco. Ambos os episódios, porém, foram derrotados, não sem a traição dos partidos comunistas, dirigidos pelo stalinismo, que, naquele momento, desejava se

mostrar confiável aos governos da Europa.

Na Alemanha, os nazistas chegaram ao poder em 1933, com a colaboração da direita conservadora, que temia uma revolução operária. Sob as ordens de Stalin, o Partido Comunista se recusou a realizar uma Frente Única com a social-democracia para combater o nazismo, abrindo o caminho para Hitler.

Uma vez no poder, os nazistas perseguiram implacavelmente os comunistas, que abarrotaram as prisões alemãs, e também se voltaram contra judeus, ciganos e a população LGBTI+.

A guerra pode ser vista como parte da onda contrarrevolucionária que se abateu sobre o movimento operário nos anos 1930 e que provocou sua desmoralização e paralisia, frente ao avanço da barbárie imperialista.

IMPERIALISMO EM CONFLITO

Hitler, representante das classes dominantes alemãs, liderou um projeto deliberado não apenas para recuperar o poder perdido pelo imperialismo alemão na Primeira Guerra, mas também para expandir agressivamente sua hegemonia. A burguesia alemã, conscientemente, preparou o caminho para a guerra, arrastando consigo a Itália fascista de Mussolini e o Japão imperial, formando, assim, o “Eixo”, uma aliança que refletia uma estratégia calculada de dominação, unindo potências com interesses expansionistas comuns.

Até 1938, Inglaterra e França toleraram a

expansão nazista na Renânia, Áustria e Tchecoslováquia. Porém, quando Hitler ameaçou diretamente o Império Britânico, Londres decidiu intervir. Após a invasão da Polônia, em setembro de 1939, os britânicos declararam guerra à Alemanha, defendendo sua influência no Leste Europeu. A França, relutante, seguiu o mesmo caminho, mas foi rapidamente derrotada e ocupada pelas tropas alemãs, em junho de 1940.

O imperialismo norte-americano era o principal rival da Alemanha, detendo enorme capital, capacidade produtiva e mão de obra. Seu expansionismo econômico exigia mercados internacionais para investimentos e exportações. O ataque ao porto de Pearl Harbor (em dezembro de 1941) levou os EUA a entrarem na guerra contra Japão e Alemanha, unindo-se à então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e ao Reino Unido, nas “Forças Aliadas”.

GUERRA E CONTRARREVOLUÇÃO

A invasão e a derrota de Hitler na URSS

Em 1931, Leon Trotsky fez uma previsão precisa: *“Se Hitler assumir o poder na Alemanha, lançará uma guerra contrarrevolucionária contra a União Soviética”*. Sua análise antecipou o *expansionismo nazista, que culminou na invasão da URSS em 1941, na chamada “Operação Barbarossa”*.

Apesar de obter uma vitória rápida na Europa Ocidental, até fins de 1940, isolando a Inglaterra, Hitler sabia que o tempo corria contra ele e os

nazistas perderiam sua vantagem militar se a guerra se tornasse prolongada.

Se quisesse realmente impor a hegemonia do imperialismo alemão, o Reich precisava capturar uma importante reserva de matérias-primas, para mover a máquina de guerra. Por isso, os nazistas não demorariam em invadir a URSS e capturar seus recursos. Seria preciso escravizar a população eslava e esmagar as conquistas da Revolução Russa. A guerra contra a URSS era inevitável: o imperialismo alemão não toleraria um Estado operário em suas fronteiras.

Stalin, porém, acreditava que a URSS poderia evitar o conflito através de concessões — daí a assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov, em 1939, além de desmoralizar o movimento comunista internacional, deu a Hitler o tempo necessário para preparar sua invasão.

A invasão da URSS ampliou a guerra e transformou seu caráter social. De conflito entre imperialistas, passou a uma contrarrevolução: a pilhagem nazista visava destruir a propriedade coletiva soviética, conquistada em outubro de 1917.

VITÓRIA SOVIÉTICA, APESAR DOS CRIMES DE STALIN

Os primeiros quatro meses da invasão tiveram consequências terríveis. Calcula-se que, nesse período, os nazistas exterminaram ou capturaram cerca de 3 milhões de soviéticos. O alto custo dos massacres foi resultado da política de Stalin, antes da invasão.

Em 1937, os expurgos no Exército Vermelho eliminaram 90% dos generais e 80% dos coronéis, enfraquecendo sua defesa. Até o Marechal Tukhachevsky, brilhante estrategista e especialista em táticas alemãs, foi fuzilado. Isso fez os EUA e a Inglaterra preverem uma rápida derrota soviética.

Apesar da defesa desorganizada e dos crimes de Stalin, a enorme resistência do povo soviético teve um grande impacto no avanço da Alemanha. A chegada do rigoroso inverno russo também liquidou milhares dos despreparados soldados alemães. Mas, a recuperação soviética veio da economia: mesmo devastada, a URSS superou a Alemanha em produção bélica: 100 mil blindados, 112 mil aviões e 1,5 milhão de metralhadoras foram produzidos entre 1941 e 1945. O feito comprovou a eficácia da economia planificada na mobilização de recursos para a guerra.

O ponto de virada foi a resistência em Stalingrado (1942-43), que esgotou as reservas alemãs. A heroica vitória soviética, consolidada, depois, na batalha de Kursk, em agosto de 1943, marcou o início da contraofensiva, que só terminou com a queda de Berlim, em maio de 1945.

É importante lembrar que, segundo o historiador estadunidense David Glantz, a URSS enfrentou e derrotou, sozinha, 4/5 do total de tropas alemãs em combate, entre 80 a 85% das divisões nazistas, enquanto o restante dos Aliados destruiu entre 15 a 20% das divisões de Hitler.

Não por acaso, a URSS emergiu da guerra com

enorme prestígio global: as massas a viam como a grande vencedora do nazifascismo, cuja derrocada abriu uma onda revolucionária que varreu a Europa. Stalin, porém, mais uma vez traiu essas revoluções, subordinando-as aos interesses da burocracia soviética e dos países imperialistas vitoriosos.

Em 1931, Trotsky fez uma previsão precisa: “Se Hitler assumir o poder na Alemanha, lançará uma guerra contrarrevolucionária contra a União Soviética”. Sua análise antecipou o expansionismo nazista.



Cartaz de propaganda anticomunista e antisemita na Alemanha nazista
| Foto: Reprodução

A TRAIÇÃO DE STALIN

Derrota do nazifascismo faz eclodir onda revolucionária

Após Stalingrado, a URSS avançou sobre Berlim, numa longa guerra de desgaste. Antes da rendição alemã em 1945, os Aliados – Stalin, Churchill (Reino Unido) e Roosevelt (presidente dos EUA) – definiram, em acordos realizados nas cidades de Yalta e Potsdam, a divisão do mundo em zonas de influência.

O Leste Europeu, ocupado pelo Exército Vermelho, virou área soviética. A URSS expropriou propriedades capitalistas na região (“revolução de cima para baixo”), mas a burocracia stalinista, por acordos com o imperialismo, estava longe de estimular a revolução mundial, como demonstrariam os acontecimentos.

A derrota do fascismo acendeu o rastilho de pólvora da revolução mundial, uma outra confirmação das previsões Trotsky. A onda revolucionária se abateu simultaneamente na Europa e na Ásia, rompendo com os limites das negociações de Yalta e Potsdam.

Na Itália, o Partido Comunista (PCI) liderou 100 mil “partisans”, capturando e executando Mussolini, em 1945, e se tornou uma força política pronta para tomar o poder. Do mesmo modo, na França, o PCF saiu com enorme prestígio, após anos de resistência à ocupação.

Porém, nesses dois países, a revolução foi sabotada, quando os Partidos Comunistas,

seguindo ordens de Stalin, passaram a integrar governos burgueses, para reconstruir o capitalismo – incluindo a adesão ao Plano Marshall (destinado à reconstrução da Europa Ocidental). Essa traição stalinista teve consequências históricas: uma revolução socialista vitoriosa na França e na Itália, países imperialistas centrais, teria alterado radicalmente o curso do século 20.

Enquanto Stalin conteve a revolução na Europa, na Ásia o movimento revolucionário rompeu limites e conquistou vitórias na China (1949) e na Indochina, com a rendição japonesa, que impulsionou um levante anticolonial. A reação imperialista levaria à Guerra do Vietnã. Mas, esse capítulo da história da Segunda Guerra é para um outro artigo.■

A traição stalinista teve consequências históricas: uma revolução socialista vitoriosa na França e Itália, países imperialistas centrais, teria alterado radicalmente o curso do século 20.



O fascista Benito Mussolini capturado e morto por partisanos comunistas italianos | Foto: Reprodução

PALESTINA LIVRE

Setenta e sete anos da Nakba: não esquecer, resistir e mobilizar

 SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)



A fome começa a matar crianças em Gaza

“Um homem [disparou] um tiro no pescoço da minha irmã Salhiyeh, que estava grávida de nove meses. Depois, abriu a barriga dela com uma faca de açougueiro.”

“Eu gritei, mas ao meu redor outras mulheres também estavam sendo estupradas. Alguns homens estavam tão ansiosos para pegar nossos brincos que arrancaram nossas orelhas para tirá-los mais rápido.”

“Eu vi mulheres que a bomba explodiu, eu vi gente com barriga tudo aberta. Eu, pessoalmente, vi um amigo meu, a gente estudava junto. Eu passei a

mão no rosto dele, na testa dele, pra reconhecer ele. Tinha sangue pra todo lado.”

“Eles estupraram prisioneiros em frente dos meus olhos!”

“O exército israelense bombardeou nossa casa diretamente, e todos que estavam lá dentro foram mortos.”

“Vi crianças decapitadas em Gaza, tenho fotos.”

Os primeiros três testemunhos são de sobreviventes dos massacres de 1948. Os três últimos, dos acontecimentos atuais em Gaza. 77 anos de genocídio e limpeza étnica. 77 anos de contínua Nakba – a catástrofe palestina, cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista e colonial de Israel, em 15 de maio de 1948, sobre 78% do território histórico da Palestina.

77 anos de tentativa de extermínio do povo palestino. 77 anos de resistência como existência, sob constante ameaça de apagamento do mapa.

COMBATER A CUMPLICIDADE E O SENTIMENTO DE IMPOTÊNCIA

Além dos horrores, as testemunhas da contínua Nakba – e, nos últimos dois anos, de tentativa de “solução final” por parte do Estado sionista – retratam o sentimento de abandono e a percepção da histórica cumplicidade internacional.

Isso é que tem permitido a Israel, enclave militar do imperialismo, se sentir à vontade para promover um verdadeiro holocausto palestino, transmitido ao vivo e em cores para o mundo, perpetuando uma injustiça que tem como pedra

angular a Nakba de 1948, mas cujo processo de colonização já dura mais de 100 anos.

Se por um lado, ao longo dessa história macabra, nunca se viu tamanha solidariedade internacional; por outro, há que se rebater a cada instante a percepção de impotência para parar a carnificina, que é justamente o anseio sionista/imperialista.

HOLOCAUSTO PALESTINO: DESTRUIÇÃO, EXPULSÃO E ELIMINAÇÃO

As máscaras caíram. Talvez os inimigos da causa palestina nunca tenham estado tão expostos: o imperialismo/sionismo, os regimes árabes e a burguesia árabe-palestina (hoje, centralmente vinculada ao capataz da ocupação, a Autoridade Palestina).

Israel nem sequer se preocupa mais em maquiar sua cara feia. Fala, sem hipocrisia, em destruição, expulsão e eliminação de Gaza (ou seja, 2 milhões de palestinos). Impõe a fome, a sede e condições inimagináveis a essa população, sem qualquer constrangimento.

Por que seria diferente? Quase 20 meses de genocídio em Gaza, limpeza étnica aprofundada na Cisjordânia – territórios palestinos remanescentes, após 1948, ocupados militarmente em 1967 –, mais de 300 mil palestinos assassinados, escolas e hospitais bombardeados ou crianças e mulheres decapitadas (e muito mais...) não abalaram substancialmente a cumplicidade internacional histórica que sustenta 77 anos de contínua Nakba.

PALESTINA, LABORATÓRIO PARA O MUNDO

Governo Lula precisa romper relações com Israel

Há que seguir lutando por boicote, desinvestimento e sanções (BDS) a Israel, ao mesmo tempo que é preciso ampliar a consciência dos “de baixo”, explicando que o imperialismo/sionismo tenta converter os palestinos em cobaias humanas e em seu laboratório para exportar técnicas, treinamentos e armas para o mundo (70% das tecnologias da morte testadas na Palestina ocupada destinam-se à exportação).

Nessa luta por vida ou morte, desde o Brasil, a tarefa pautada pelo movimento palestino por BDS é exigir do governo Lula o fim da exportação de petróleo brasileiro para abastecer o genocídio e embargo militar, rumo à ruptura de relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado genocida de Israel.

É preciso intensificar a denúncia de que os governos estaduais seguem adquirindo armas e treinamentos israelenses, que servem ao genocídio do povo pobre e negro e ao extermínio indígena.

A Palestina é o laboratório do mundo. Se a cumplicidade internacional histórica, inclusive do Brasil, tem perpassado governos desde 1947 (e mesmo que as relações e acordos tenham sido, lamentavelmente, ampliados a partir do segundo governo Lula), foi no governo do genocida Bolsonaro que se iniciou a exportação de

petróleo para Israel e, também, que o sionismo passou a ter um acento explícito na cadeira do Planalto.

Barrar o Projeto de Lei sionista

A extrema direita se alinha explicitamente com o projeto sionista, seu ideal totalitário, o tomando como fonte de inspiração. Exemplo, agora, é o Projeto de Lei 472/2025, apresentado pelo general Eduardo Pazzuelo – o Ministro da Saúde bolsonarista, diretamente implicado na morte de 700 mil brasileiros durante a pandemia. Em tramitação na Câmara dos Deputados, o PL tenta avançar na criminalização à crítica a Israel, trazendo a velha confusão deliberada (e propaganda preferencial do Estado genocida) de colocar sinal de igual entre “antissemitismo” e “antissionismo” (ou seja, a oposição ao projeto colonial sionista).

A Palestina é o laboratório do mundo. Barrar a criminalização da solidariedade e parar o holocausto palestino é parte da luta por um mundo sem opressão e exploração. É não permitir precedente perigoso para a humanidade.

Nestes 77 anos da Nakba, no clamor pelo fim da cumplicidade com o genocídio, o chamado é por se mobilizar e fortalecer os atos unificados em todo o Brasil e ir às ruas. É ecoar as vozes palestinas e se inspirar na resistência heroica e histórica, rumo à Palestina livre, do rio ao mar. Resistimos, existimos. Não perdoaremos, não esqueceremos.